


**"O FLAGELO DA FEBRE REINANTE": A
PASSAGEM DA EPIDEMIA DE FEBRE
AMARELA PELO RECIFE EM MEADOS
DO SÉCULO XIX (1849-1852)**

JONAS CLEIVSON PEREIRA DE MELO
JÚNIOR* 
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO, PERNAMBUCO, RECIFE,
BRASIL

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a passagem da epidemia de febre amarela pelo Recife em meados do século XIX. Partindo da compreensão da doença enquanto um fenômeno social que se projeta para além de fatores biológicos, buscou-se observar a sucessão de acontecimentos que marcou a passagem da febre amarela pela capital da província pernambucana, a partir das respostas da sociedade recifense e das ações do poder público ao desenvolvimento do fenômeno epidêmico. Para observar tal dinâmica, realizou-se uma análise dos Relatórios da Presidência de Província de Pernambuco, da Coleção de Trabalhos do Conselho Geral de Salubridade Pública e dos periódicos intitulados Diário de Pernambuco e A Imprensa.

Palavras-chave: Epidemia; febre amarela; Recife.

ABSTRACT

This article aims to discuss the passage of the yellow fever epidemic in Recife in the mid-19th century. Starting from the understanding of the disease as a social phenomenon that is projected beyond biological factors, we sought to observe the succession of events that marked the passage of yellow fever through the capital of the Pernambuco province, based on the responses of Recife society and the actions of the public power to the development of the epidemic phenomenon. In order to observe this dynamic, an analysis was carried out of the Reports of the Presidency of the Province of Pernambuco, the Collection of Works of the General Council of Public Health and the periodicals entitled Diário de Pernambuco and A Imprensa.

Keywords: Epidemic; yellow fever; Recife.

* Mestrando em História Social da Cultura Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH/UFRPE). E-mail: clevisonjonas@gmail.com.

INTRODUÇÃO

[...] o que muito se sangrou, morreu, o que pouco, morreu, o que se antecipou a purgar e sangrar, em poucos dias dando-lhe o achaque, morreu [...]¹.

O relato acima, de autoria de Miguel Dias Pimenta, descreve a situação caótica vivenciada no final do século XVII, quando a capitania de Pernambuco foi assolada por uma das primeiras epidemias de febre amarela que se tem registros conhecidos. Acometendo o Recife entre 1685 e 1686, os tratamentos curativos convencionais utilizados no período (sangrias e purgativos) se mostraram incapazes de impedir a morte de inúmeros habitantes dessa localidade, o que movimentou a administração local, sob o comando do então governador Marquês de Montebelo, que determinou o cumprimento de um conjunto de medidas profiláticas, recomendadas pelo médico português João Ferreira Rosa, para tentar conter o avanço da peste².

O episódio acima descrito, representativo de uma experiência, dentre muitas outras, de surto epidêmico vivenciado em Pernambuco, demonstra os impactos causados pelas doenças ainda no início da formação do território que viria a ser denominado Brasil. O período que o separa do início do recorte cronológico proposto para esta pesquisa foi marcado por outros surtos epidêmicos, como os de varíola (1664-1666, 1685-16881, 1774-1788 e 1878-1880), febre amarela (1685-1686, 1849-1852 e 1871-1873) e cólera (1856 e 1860)³, além das inúmeras outras doenças endêmicas. Responsáveis por dizimar populações, modificar estruturas sociais e legar crenças em relação às artes de curar, essas enfermidades foram descritas pelas penas de governantes locais, cronistas e médicos, bem como nas páginas dos periódicos que passaram a circular a partir do século XIX, em um momento no qual, segundo Sidney Chalhoub, os surtos epidêmicos se multiplicaram de modo avassalador no Brasil⁴.

O campo da história da saúde e das doenças, a partir da década de 1990, sofreu uma expansão teórico-metodológica e de temáticas mediante a problematização da compreensão de que a medicina científica, enquanto uma instituição de exercício do poder, amparada pelos pressupostos da medicina social francesa, promoveu a medicalização da sociedade a partir do

1 MORÃO, ROSA & PIMENTA. *Notícias dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1956. p. 511.

2 VIOTTI, A. C. C. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. 179 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social), Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Franca: 2012. | CORREIA, J. C. B. *Que Deos guarde os que destes males padecerão: a medicina e as práticas de curar diante do maior surto pestilencial do século XVII*. 116 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional), Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

3 CASTRO, V. de. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife no século XIX*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

4 CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

século XIX⁵. Entre os inúmeros temas abordados por esse campo encontra-se o das epidemias, a partir da compreensão desses eventos enquanto fenômenos desarticuladores da ordem social vigente. Referente à febre amarela, um conjunto de historiadores já analisaram a passagem dessa doença nas diferentes províncias do Brasil oitocentista, enfatizando aspectos como a origem dessa doença, sua associação ao tráfico de escravizados, os conhecimentos médicos sobre essa enfermidade e as práticas de cura mobilizadas para seu tratamento⁶.

A escolha pelo tema da epidemia de febre amarela no Recife imperial partiu da necessidade de aprofundar a discussão acerca desse acontecimento, realizada por pesquisadores como o médico Odair Franco, quando analisa a febre amarela no Brasil mencionado a chegada dessa doença no Recife⁷, a historiadora Vanessa de Castro, em sua análise sobre a importância que a febre amarela teve na aprovação do projeto de construção do primeiro cemitério público do Recife⁸, e o biólogo Argus Almeida, quando traça um panorama histórico-ontológico das epidemias de febre amarela nos séculos XVII e XIX em Pernambuco⁹. A escolha do recorte cronológico seguiu como critério o início da manifestação do fenômeno epidêmico no ano de 1849 e o momento no qual o fenômeno começou a declinar no ano de 1852.

As fontes utilizadas consistiram nos Relatórios da Presidência de Província de Pernambuco, a Coleção de Trabalhos do Conselho Geral de Salubridade Pública e os periódicos intitulados Diário de Pernambuco e A Imprensa. Em relação aos Relatórios da Presidência de Província de Pernambuco, buscou-se compreender as ações desenvolvidas pelo poder público no controle da epidemia. Documento de caráter oficial, que consistia em relatórios administrativos produzidos pelos presidentes de províncias e direcionados à assembleia provincial, eram produzidos anualmente ou quando havia mudança de presidente. Informando as ações realizadas em áreas estratégicas como economia, investimentos públicos em instrução, obras e medidas sanitárias, esses relatórios, em virtude da função política e social que cumpriam, refletem os interesses dos grupos ou sujeitos que os produziram.

5 SAMPAIO, G. R. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

6 CHALHOUB, 1996; CASTRO, 2007; FRANCO, S. P. A presença da febre amarela na Província do Espírito Santo no século XIX. In: FRANCO, S. P.; NASCIMENTO, D. R. do; SILVEIRA, A. J. T. (org.). *Uma história brasileira das boenças*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. v. 5, p. 73-100. KODAMA, K. Epidemias e tráfico: os discursos médicos e debates na imprensa sobre a febre amarela (1849-1850). In: FRANCO, S. P.; NASCIMENTO, D. R. do; MACIEL, E. L. N. (org.). *Uma história brasileira das boenças*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. v. 4, p. 35-50. MARIANO, S. R. C.; TARGINO, E. B. L. O flagelo da peste: as notícias sobre a febre amarela no jornal O Governista Parahybano. In: MARIANO, S. R. C.; BARBOSA, J. P. P. L. (org.). *Sociedade e Cultura no Brasil Oitocentista: trajetórias de pesquisas II*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. p. 105-130. WITTER, N. A. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*, 2007. Tese (Doutorado em História Social). Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2007.

7 FRANCO, O. *História da febre amarela no Brasil*. Ministério da Saúde/Departamento Nacional de Endemias Rurais: Guanabara: 1969.

8 CASTRO, 2007.

9 ALMEIDA, A. V. de. *A epidemiologia histórico-ontológica da febre amarela em Pernambuco*. Recife: EDUFRPE, 2018.

No caso da Coleção de Trabalhos do Conselho Geral de Salubridade Pública, um conjunto de relatório, observaram-se as ações da elite médica durante a presença da febre amarela. Também de caráter oficial, segundo Keila Guimarães, tais relatórios eram apresentados ao governo anualmente no fim de cada trimestre, expondo as atividades realizadas pelos médicos no Recife¹⁰. Evidenciando a visão dos médicos sobre o estado sanitário da província e as melhores ações a serem realizadas no plano da saúde pública, esse documento, produzido por uma elite médica bastante atuante, cumpria funções sociopolíticas bem definidas.

Já nos periódicos selecionados, que possuíam regularidade de publicação no período definido para análise, se investigou as explicações sobre o fenômeno epidêmico, as ações da administração municipal e ideias da elite médica local no controle da epidemia, além de identificar as ofertas de produtos e serviços por parte dos agentes das artes de curar. Segundo Tânia Regina de Luca, a variedade de impressos que circularam no Brasil desde o século XIX e que podem ser utilizadas como fonte é bem significativa, ofertando amplas e variadas possibilidades para a pesquisa histórica¹¹. A historiadora destaca a necessidade, durante a análise dessas fontes, de compreender aspectos de ordem material relacionados à periodicidade, formas de impressão, tipo de papel, uso de iconografias e demais recursos¹². Destaca ainda aspectos estruturais dos periódicos, relacionados à organização interna dos conteúdos apresentados e as funções cumpridas por esses conteúdos, sejam textuais ou iconográficos, as formas como era financiado e adquirido, a função social que cumpria, bem como a relação com os grupos sociais específicos responsáveis por sua edição e publicação e o público para o qual se destinavam¹³.

Para analisar a epidemia de febre amarela no Recife de meados do século XIX, buscou-se compreender essa doença como um fenômeno socialmente construído, que se projeta para além de fatores biológicos¹⁴. Adotou-se ainda o modelo analítico proposto pelo historiador da medicina Charles Ernest Rosenberg, voltado para compreender a “dramaturgia da peste”, referente às interações possíveis de serem observadas entre os fatores biológicos e sociais adquiridos durante a manifestação de uma epidemia¹⁵.

10 GUIMARÃES, K. D. S. *Conselho de Salubridade Pública de Pernambuco: um olhar médico sobre a cidade do Recife entre os anos de 1845 a 1850*. 171 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional), Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife: 2010.

11 LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

12 LUCA, 2008, p. 142.

13 LUCA, 2008, p. 142.

14 LE GOFF, J. (org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985. REVEL, J; PETER, J. P. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, J; NORA, P. (org.). *História: novos objetos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

15 ROSENBERG, C. E. *Explaining epidemics and others studies in the history of medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

O modelo proposto por esse autor se divide em quatro etapas: 1) a revelação progressiva do fenômeno epidêmico (progressive revelation); 2) o reconhecimento da epidemia e a busca de explicações (managing randomness); 3) a adoção de medidas públicas negociadas para conter o avanço da epidemia (negotiating public response); e 4) o abrandamento do surto e avaliação da passagem da epidemia (subsidence and retrospection)¹⁶. Tal estrutura não foi adotada rigidamente em virtude das especificidades dos acontecimentos vivenciados no Recife durante a marcante passagem da febre amarela. Entretanto, a partir da análise da documentação consultada, pôde-se legitimar a adoção desse modelo e suas contribuições para compreender o fenômeno epidêmico analisado.

A CHEGADA DA FEBRE REINANTE AO RECIFE

Entre os anos de 1849 e 1852, o leitor assíduo que folheasse diariamente as páginas dos inúmeros periódicos impressos em Pernambuco se depararia com as notícias sobre a chegada da “febre reinante”, “febre maligna”, “peste” ou “flagelo de deos”, tratando da febre amarela¹⁷. Doença que adquiriu muitos nomes, em virtude das concepções religiosas atribuídas às doenças até aquele momento, a febre amarela que se alastrou no Brasil em meados do século XIX, segundo Odair Franco, manifestou-se pela primeira vez na Bahia em 30 de setembro de 1849, com a chegada do navio americano Brazil, que partiu de New Orleans, tendo feito escala em Havana, na região das ilhas caribenhas, na qual a doença já havia se manifestado intensamente naquele ano¹⁸. Deslocando-se através dos portos tanto para o norte como para o sul, a doença chegou ao Recife e Rio de Janeiro ainda em dezembro de 1849, espalhando-se ao longo da década de 1850 pelas demais províncias¹⁹.

Em Pernambuco, notícias sobre essa doença já eram apresentadas na imprensa muito antes dela chegar ao Brasil, tornando-se, logo após, epidêmica. Na capa do Diário de Pernambuco do dia 8 de Março de 1849, foi publicada uma notícia extraída de um jornal dos

16 ROSENBERG, 1992, p. 281-286.

17 De característica infecciosa, a febre amarela é causada por um vírus transmitido pelos mosquitos do gênero *Hameagogus*, em áreas silvestres, e do gênero *Aedes*, em áreas urbanas. No Brasil, a espécie mais comum é o *Aedes Aegypti*, encontrado, ainda, em grande parte do território nacional. Uma vez infectado pelo vírus, os sintomas iniciais variam entre febre alta, calafrios, cansaço, dor de cabeça, dor muscular, náuseas e vômitos por cerca de três dias. Na sua forma mais grave pode acarretar insuficiências hepática e renal, icterícia (olhos e pele amarelados), manifestações hemorrágicas e cansaço intenso. Ao contrair a doença, quando picado por um mosquito infectado em áreas silvestres ou nos próprios centros urbanos, a pessoa pode se tornar fonte de infecção para que o *Aedes aegypti* contamine outras pessoas, não sendo possível que uma pessoa contamine outra de forma direta. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/febre-amarela-sintomas-transmissao-e-prevencao>. Acesso em: 13 jul. 2022.

18 FRANCO, 1969.

19 FRANCO, 2015.

Estados Unidos, na qual discutia a presença dessa doença em Barbados, mesmo destacando um declínio apresentado na região²⁰.

No dia 18 de dezembro de 1849, um brigue²¹ de bandeira francesa, denominado Alcyon, chegou ao porto do Recife vindo da Bahia²². Imediatamente, em virtude do regulamento da Inspetoria dos Portos, a embarcação passou por uma inspeção realizada pelo então provedor de saúde o Doutor Luiz da França Muniz Tavares, que constatou por meio da carta de saúde daquela embarcação, a ausência de notificação por parte da Provedoria de Saúde da Província da Bahia²³.

Avaliando as condições sanitárias do brigue e de sua tripulação, o Dr. Muniz identificou a existência de um marujo enfermo de nome José Mário Icard, que apresentava sintomas que poderiam estar associados aos casos de febre que se difundiram na Bahia²⁴. Entretanto, agindo de modo divergente do que estabelecia o regulamento da inspetoria dos portos, o médico permitiu que o enfermo se direcionasse para uma casa de saúde, pertencente ao homeopata conhecido como Dr. Casanova, com o objetivo de que fosse tratado²⁵.

Tomando conhecimento da decisão do Dr. Muniz e da presença do enfermo na capital pernambucana, o Dr. Joaquim Aquino Fonseca, então presidente do Conselho Geral de Salubridade Pública, determinou que o delegado de polícia o acompanhasse até a freguesia da Boa Vista, na qual se localizava a casa de cura do homeopata citado, a quem há um tempo acusava de estar atuando ilegalmente por não possuir habilitação reconhecida²⁶. O intuito da ação consistiu em conduzir o enfermo de volta ao Alcyon, que prontamente acatou a determinação do Dr. Aquino Fonseca, chegando a falecer a bordo do brigue francês no dia seguinte.

Entre dezembro de 1849 e janeiro de 1850, o número de enfermos cresceu consideravelmente na capital pernambucana. No dia 26 de Janeiro de 1850, pouco mais de um mês da Febre Amarela aportar no Recife, foi publicado no Diário de Pernambuco, a pedido do consulado britânico, um quadro com estatísticas do número de enfermos acometidos por essa doença em navios de diferentes nacionalidades atracados no porto entre os dias 7 e 25 de janeiro daquele ano.

20 Diário de Pernambuco, 8 mar. 1849, n. 54, p. 1.

21 Tipo de embarcação com dois mastros, cujas velas possuíam formato quadrado transversal, utilizada até o século XIX para fins bélicos e mercantis.

22 FRANCO, 1969.

23 CASTRO, 2007.

24 ALMEIDA, 2018.

25 CASTRO, 2007.

26 CASTRO, 2007.

Figura 1: Quantitativo de pessoas acometidas pela febre amarela nos navios ancorados na área próxima ao porto

ESTATÍSTICA do progresso da febre amarella a bordo dos navios fondeados no porto de Pernambuco, desde 7 de janeiro de 1850 até o dia 25 do mesmo mez.

Nações.	Termo médio durante este tempo.		Atacados pela doença.	Mortos.	Em convalescença.	Seguiram viagem doente.	Existem doentes.	Proporção de ataques.	Proporção de mortos.
	Navios.	Homens.							
Inglezes . . .	20	240	27	8	8	8	3	1 entre 9	1 entre 3
Francezes . . .	2	23	4	3	0	1	0	1 » 6	3 » 4
Prussianos . . .	1	18	14	3	6	0	5	3 » 4	1 » 3 ¹ / ₂
Hanoverianos . . .	1	9	9	1	8	0	0	todos.	1 » 9
Sardos . . .	10	96	38	14	7	0	17	1 entre 3	1 » 3
Dinamarquezes	2	22	10	3	7	0	0	1 » 2	1 » 3
Suecos . . .	18	200	33	1	13	0	19	1 » 6	1 » 33
Hamburguezes	3	35	2	1	0	0	1	1 » 18	1 » 2
Brasileiros . . .									não houve molestia a bordo destes navios.
Americanos . . .	62	600							
Portuguezes . . .									
Total	119	1243	137	34	49	9	45	1 entre 9	1 entre 4

Consulado britannico em Pernambuco, 25 de janeiro de 1850.
A. Augustus Cowper,
Consul.

Fonte: Diário de Pernambuco, 26 jan. 1850, n. 22, p. 2.

De acordo com os dados apresentados, dos 1.243 homens procedentes dos 119 navios atracados na área do porto naquele período, 137 foram acometidos pela febre amarela, encontrando-se 43 doentes, 49 em recuperação e 34 chegaram a óbito, o que demonstra um percentual de pouco mais de 11% de homens doentes que aportaram no Recife naquele período. De acordo com as proporções apresentadas, de 1 a cada 9 homens foram acometidos pela doença, enquanto que de 1 a cada 4 doentes chegaram a óbito, demonstrando os impactos da febre amarela. Destaca-se ainda o número de doentes que seguiram viagem mesmo acometidos pela doença, o que demonstra que nem sempre a quarentena estabelecida era respeitada, contribuindo para a propagação da doença em outras províncias.

Mesmo diante da rápida ação do Dr. Aquino Fonseca durante a passagem do Alcyon pelo Recife, notícias sobre o número de mortos publicados pela imprensa pernambucana nas semanas seguintes, demonstrava um fato: a “febre maligna” encontrava-se reinante na capital pernambucana. Tais notícias sobre a presença da febre amarela revelam o que Charles Rosenberg

denominou de um momento de revelação progressiva (progressive revelation)²⁷, no qual a doença tornou-se de conhecimento público no início do ano de 1850. Como um “flagelo de deos”, como chegou a ser denominada no período, atingiu as freguesias da Boa Vista, Santo Antônio e São Frei Pedro Gonçalves, espalhando-se em seguida pelas povoações rurais próximas ao perímetro urbano do Recife, não tardando para que as autoridades governativas mobilizassem ações para conter a peste e o medo tornasse parte do cotidiano da população recifense.

O COTIDIANO DO RECIFE DURANTE A FEBRE REINANTE

Diante da presença da “febre reinante”, como pontua Vanessa de Castro, o governo buscou nos primeiros dias de propagação da doença acalmar a população, desmentindo por meio da imprensa os vozerios sobre a presença da febre de caráter epidêmico como a da Bahia no Recife²⁸. Entretanto, não tardou para que as próprias ações da Câmara se tornassem presentes nas páginas dessa mesma imprensa, como demonstra uma publicação presente no Diário de Pernambuco do dia 30 de Janeiro de 1850, sobre as ações da Câmara Municipal do Recife para conter o avanço da febre amarela. Definidas em sessão extraordinária no dia 8 de Janeiro de 1850, declarou-se que:

Rogou-se a câmara que empenhasse todos os esforços para que afim de serem conservadas limpas e livres de empoçamentos de agoas e de depositos de montuos as ruas destas cidade, para que, no caso de se manifestar aqui a febre epidêmica que se tem desinvolvido na capital da Bahia, e ahi feito muitas victimas, não tome character ainda mais assustador do que tem apresentado naquela província – que se ordenasse aos fiscais, como por muitas vezes se tem feito, a resticta observancia das posturas nesta parte, autorizando-os a engajar maior numero de serventes para o trabalho da limpeza das ruas; e que isto mesmo se respondesse ao presidente do concelho²⁹.

A mobilização em virtude da chegada da febre amarela aconteceu em diversos setores da sociedade. No dia seguinte à publicação acerca das ações definidas pela Câmara para conter a propagação da “febre reinante”, o governo da província publicou um aviso ao Dr. Joaquim Aquino Fonseca, referente a um pedido do consulado inglês, pontuando:

[...] a conveniência de serem os doentes acometidos da febre contagiosa tratados em casas de palha, ordeno a Vmc. que, para os enfermos que forem remmettidos de bordo dos navios ingleses, faça constuir casas para nelles serem alojados; e que, se a experiência mostrar ser vantajosa essa medida, faça extensivamente á todos os que para ali forem remetidos³⁰.

No tocante às teorias médicas havia embates entre os médicos que defendiam a teoria

27 ROSENBERG, 1992, p. 281.

28 CASTRO, 2007.

29 Diário de Pernambuco, 30 jan. 1850, n. 25, p. 2.

30 Diário de Pernambuco, 31 jan. 1850, n. 26, p. 1.

infeccionista, que acreditavam serem os miasmas – ares pútridos originados de matéria orgânica em decomposição – os responsáveis pelo aparecimento e propagação das doenças, e aqueles que defendiam a contagionista, que acreditavam que a transmissão de doenças ocorria de um corpo doente para outro saudável por meio do contágio, através do contato físico, do toque em objetos contaminados ou pela respiração do ar contaminado por um corpo doente³¹. No Recife, em virtude dos problemas em sua estrutura urbana e do constante aparecimento de doenças epidêmicas, essas duas perspectivas estiveram presentes nos debates públicos, contribuindo para a adoção de medidas higienistas³². A necessidade de manter as ruas do Recife limpas, como ordenado pela Câmara Municipal, e oferecer instalações adequadas para os enfermos a bordo dos navios ingleses, como solicitado pelo consulado britânico, demonstra a presença da perspectiva contagionista no saber médico local, sobretudo nas medidas para sanar a propagação da febre amarela na capital pernambucana.

Com o aumento dos casos de febre amarela, o então presidente da província Honório Hermeto Carneiro Leão, buscando oferecer instalações adequadas para o tratamento dos doentes acometidos por essa enfermidade, ordenou a criação de um hospital na Ilha do Nogueira em 14 de janeiro de 1850. Essa instituição, segundo o próprio presidente em relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Pernambuco naquele ano, objetivou oferecer tratamento a “[...] todas as pessoas pertencentes às guarnições dos navios nacionais e estrangeiros, que fossem acometidos da febre amarela [...]”³³.

No dia 1 de fevereiro de 1850, em anúncio ao inspetor da tesouraria de fazenda da província de Pernambuco, o governo provincial publicou a seguinte correspondência:

Tendo mandado crear um hospital na ilha do Nogueira para nelle serem tratadas as pessoas acometidas da febre, e sendo mister occorrer as despesas do mesmo, ordeno a V.S. que, de conformidade ao decreto 7 de maio de 1842 e sob a minha responsabilidade, entregue ao presidente do concelho de salubridade, doutor Joaquim de Aquino Fonseca, a quantia de seiscentos mil réis; devendo advertilo que acerca da necessidade dessas despesas já officiei ao Exm. Ministro Império³⁴.

A criação do Hospital Provisório da Ilha do Nogueira e o repasse de verbas para sua manutenção foi apenas a primeira ação do governo na gestão da crise epidêmica. No dia 15 de fevereiro, quando a febre já se encontrava presente nas freguesias da cidade, o presidente nomeou um facultativo para cada uma delas, “[...] incumbindo-os de visitarem gratuitamente os doentes

31 CHALHOUB, 1996. KODAMA, 2013.

32 OLIVEIRA, A. L. N.; MELO JÚNIOR, J. C. P.; LUNA, S. C. A. “Olhai para as ruas desta cidade”: os discursos médicos na produção do Recife enquanto um espaço urbano insalubre (1831-1845). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, n. 50, p. 19-48, 2021b.

33 RPPPE, 1850, p. 29.

34 Diário de Pernambuco, 1 fev. 1850, n. 27, p. 1.

pobres [...]”, além de determinar que as boticas “[...] devião fornecer tambem gratuitamente os medicamentos necessarios ao tratamento desses enfermos”³⁵. Todas as despesas provenientes do hospital, segundo o presidente Carneiro Leão, deveriam ser pagas pelos cofres públicos, o que demonstra a forma como o governo da província buscou atuar no controle da epidemia.

Mesmo com a criação do Hospital Provisório da Ilha do Nogueira, os ânimos da população continuaram fervorosos, levando a críticas ao funcionamento dessa instituição. De imediato, o Dr. Aquino Fonseca, em correspondência publicada no dia 22 de fevereiro de 1850 no Diário de Pernambuco, declarou que:

Continuando-se a propalar que o serviço medico do hospital provisório da ilha do Nogueira não he feito com a preciso regularidade, e me parecendo que isto he um meio de que se servem certos intrigantes para desacreditarem aquelles que gratuitamente se engarregaram da direção e serviço medico do dito hospital, cumpre-me declarar que he falso o que se tem dito; e para provar invoco o testemunho de um dos vereadores da câmara municipal o Sr. Dr. Cosme de Sá Pereira, e apresento os officios que abaixo vão transcriptos. Consta-me que tambem se tem dito, que o enterramento dos cadaveres não he feito na ilha de modo que as covas tenham a precisa profundidade; mas estando encarregados de dirigir este serviço, que he feito por dous Africanos livres, dous soldados da companhia de artifices, e não sendo eu o coveiro, pode ser que nem sempre se observem as minhas ordens. O que posso asseverar he que não cesso de recomendar ao encarregado do serviço interno do dito hospital, e aos dous soldados que deem ás covas a profundidade de nove palmos, sendo cada cadaver posto em cova distincta; se isto senão observa em todas as ocasiões, sobre mim não deve recahir a culpa; porquanto, repito, não sou coveiro, não resido na ilha e nem me he possivel ir todos os dias aquelle lugar, á vista das innumeradas obrigações que tenho, sobretudo quando tantas cousas distrahem minha atenção; cumprindo me declarar que me parece, que desse enterramento há de vir menor mal aos habitantes desta cidade do que do enterramento, que se vai fazendo nas igrejas contra minhas reclamações, e contra as ordens da policia, devendo cada um pedir a Deos que com a abertura das sepulturas, que quasi sempre se faz antes do tempo prescrito no artigo 2 do T. A 1o das posturas municipais, se não desenvolva uma outra vez a febre amarela. 21 de fevereiro de 1850. Dr. Joaquim Aquino Fonseca³⁶.

As críticas ao funcionamento dessa instituição, que eram constantemente publicadas na imprensa, deveriam estar associadas às precárias condições que os hospitais do Recife apresentavam, sendo compreendidos, como ressaltou Lycurgo Santos Filho, como antecâmaras da morte, nas quais os doentes recolhidos mais morriam do que se curavam³⁷. Em relação ao funcionamento do hospital, o Dr. Aquino Fonseca buscou constantemente desmentir na imprensa os vozerios sobre a má administração dessa instituição e a irregularidade dos serviços nela realizados, condenando publicamente os enterramentos realizados nas igrejas e buscando demonstrar, como observou Vanessa de Castro, a importância dos enterramentos fora da cidade,

35 RPPPE, 1850, p. 29.

36 Diário de Pernambuco, 22 fev. 1850, n. 44, p. 2.

37 SANTOS FILHO, 1977.

o que motivou resistência por parte de setores da igreja e da própria população³⁸.

Ao que tudo indica as ações desenvolvidas pelo governo provincial, a partir das recomendações do Conselho Geral de Salubridade Pública, não foram suficientes para acalmar os ânimos da população. No dia 21 de Fevereiro de 1850, apelando para a “misericórdia de Deos”, como descreveu uma publicação do Diário de Pernambuco do dia 22 de Fevereiro de 1850, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos organizou um ato público que reuniu uma multidão pelas ruas do Recife. Segundo a publicação:

Seriam oito horas da noite, quando depois de um eloquente sermão, a imagem do Senhor dos Passos, acompanhada da respectiva irmandade, bem como da ordem terceira do carmo, e de mais de 800 pessoas, a maioria das quaes trazia trajes de penitentes, sahio da igreja do Corpo-Santo, no meio de mui poucas luzes, e de mais profundo silencio. Nesta piedosa peregrinação os christãos conduziam a sacrossanta imagem da mencionada igreja do Corpo Santo para a da matriz da Bôa-Vista. Durante o trajeto, muitas provas de abnegação foram dadas pelos que o faziam: este carregava sobre as costas dura e pesada cruz, a cujo peso como que bergava; - aquelle, acompanhado de dous inocentes filhinhos, disciplina-se, imitado por estes em acção tão cheia de verdadeiro espirito christão; - aquelle'outro, finalmente, deitava-se quieta e pacificamente sobre o chão, e deixava que os demais peregrinos o pizassem. Chegando em frente a Matriz de Santo Antonio, o grande grupo, já elevado ao numero de quase duas mil pessoas, parou silenciosamente para ouvir a voz de um ministro do senhor, que do alto de um púlpito portátil lhe dirigo palavras todas cheias de unção evangelica, e que provocaram as lagrimas dos circumstantes. Dahi seguiram para a matriz da Bôa-Vista, em cujo largo um outro sacerdote os aguardava para fallar-lhes a lingoagem que foi optimamente empregada, e que levou a contricção ás almas de todos os ouvintes. Assim terminou esta cerimonia religiosa, pela qual uma grande parte do povo pernambucano implorou as graças do onipotente a seu favor e de todos os seus irmãos que, de tribulação em tribulação, vivem em continua e perpétua agonia, aguardando o momento em que a morte lhe roube a existência, ou lhe arranque para sempre dos trémulos braços os objetos que lhes são mais charos neste mundo³⁹.

Se por um lado havia a compreensão da medicina acadêmica acerca da origem das doenças e os melhores métodos para conter sua propagação, de outro, havia as concepções religiosas arraigadas no imaginário social da população. A atitude da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, não se trata de um caso isolado, demonstrando a longa tradição herdada do período colonial, que segundo Ana Carolina Viotti entendia a doença como um castigo de Deus, cabendo sua cura ser alcançada por intermédio do sagrado⁴⁰. De acordo com Márcia Ribeiro a medicina desenvolvida na colônia lidava com questões como a falta de recursos curativos e o medo constante da morte, o que contribui para que esse saber se encontrasse vinculado a crenças religiosas e aberto à ação de forças (espirituais) que se acreditava influenciar os tratamentos ministrados contras as muitas enfermidades nesse período⁴¹. Como se pode observar na ação

38 CASTRO, 2007.

39 Diário de Pernambuco, 22 fev. 1850, n. 44, p. 2.

40 VIOTTI, 2012.

41 RIBEIRO, 1997.

dessa irmandade, as concepções que perpassam as relações com o sagrado foram mobilizadas diante das mortes causadas pelo “flagelo de deos”.

É certo que os vozerios acerca da origem da doença, naquele momento, resultaram em diversas interpretações. Desse modo, o Dr. Aquino Fonseca, buscando explicar os fatos, como consta em uma publicação do Diário de Pernambuco do dia 25 de fevereiro de 1850, descreveu toda a querela vivenciada com a chegada do Alcyon e o desembarque do marujo José Mário Icard, rebatendo os comentários de que a “febre maligna” que assolava a freguesia da Boa Vista teria se propagado da enfermaria inglesa situada na Rua do Aterro, na qual teriam sido tratados alguns marujos ingleses acometidos pelo mal⁴². Havia um trabalho incessante, por parte dos médicos do Conselho Geral de Salubridade Pública, de desmentir os vozerios sobre a febre que reinava e de defender as ações dessa instituição no controle da epidemia.

Com o aumento de casos ao longo dos meses de fevereiro e março, as notícias sobre a “febre reinante” ganharam cada vez mais espaço na imprensa pernambucana. Em uma publicação do dia 25 de abril de 1850 anunciou-se, no Diário de Pernambuco, a chegada ao porto do Recife, no dia 24 de abril, do vapor Bahiana, que trazia jornais e cartas provenientes das províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio-Grande e Paraíba, nas quais se informava sobre a contínua propagação dessa doença nessas províncias⁴³.

Além de apresentar informações sobre a presença da febre amarela nas outras províncias, a imprensa buscou informar a população sobre a situação da província pernambucana. No dia 26 de abril de 1850, o Diário de Pernambuco publicou sobre uma carta, datada de 25 de abril do mesmo ano, recebida pelo governo provincial, na qual se informava a presença da febre amarela na vila de Bom Jardim e áreas vizinhas, no interior da província, bem como relatava a falta de medicamento e necessidade de envio de um facultativo para o socorro dos enfermos ali existentes⁴⁴. Se a dificuldade em controlar a propagação da epidemia no Recife era uma triste realidade, nos núcleos de povoamentos mais afastados da capital somou-se a esse fator a escassez de medicamentos, que possuíam preços elevados, e de médicos, que não davam conta de atender a todos os que reclamavam socorro.

Enquanto o governo buscou atuar no controle da epidemia, não faltaram aqueles que se colocaram a serviço da população. Em uma publicação do Diário de Pernambuco do dia 27 de abril de 1850, defendia-se a homeopatia como único tratamento efetivo contra a febre

42 Diário de Pernambuco, 25 fev. 1850, n. 46, p. 2.

43 Diário de Pernambuco, 25 abr. 1850, n. 93, p. 2.

44 Diário de Pernambuco, 26 abr. 1850, n. 94, p. 2.

amarela, e “[...] criticava-se a ineficiência dos médicos alopathas [...]”, diante do número de mortes até aquele momento⁴⁵. Tânia Salgado Pimenta ressalta que a homeopatia se disseminou como um sistema terapêutico de modo rápido assim que chegou ao Brasil em meados do século XIX, gerando conflitos entre os médicos alopathas, diplomados pelas faculdades de medicina que reclamavam para si o título de detentores de um conhecimento científico e lutavam pelo monopólio do exercício da medicina, e os médicos homeopatas, formados em academias de homeopatia e mais próximos as concepções de cura da população⁴⁶.

Em Pernambuco, segundo Keila Guimarães, os membros do Conselho Geral de Salubridade Pública buscaram enquadrar a homeopatia dentro do que se compreendia como charlatanismo, encontrando como desafio a qualificação para discutir alguns princípios da medicina que alguns homeopatas diplomados em ciência médica possuíam⁴⁷. Durante a epidemia de febre amarela a homeopatia se propagou como método a ser adotado em meio às acusações das limitações da medicina alopática.

Como observado nas notícias sobre a propagação da febre amarela e a constante oferta de serviços de cura, em consonância com a posição do governo, o Diário de Pernambuco buscou informar o declínio da epidemia. No dia 2 de maio de 1850, publicou-se uma correspondência do dia 1 de maio informando sobre o fechamento do Hospital Provisório da Ilha do Nogueira no dia 30 de abril, que trouxe o seguinte questionamento:

Haverá ahi familia, rica ou pobre, extensa ou limitada, a quem a peste não houvesse feito sua perigosa visita com todo o cortejo de sustos e horrores de que se sentia possuído qualquer dos habitantes desta cidade quando via tocado do terrível mal algum indivíduo que lhe estava ligado pelos laços do parentesco ou amizade?⁴⁸.

Buscando amenizar a situação, a correspondência afirmou que a mortalidade experimentada entre os meses de janeiro e março, período no qual a “peste” se manifestou de modo mais intenso, não chegou a números exorbitantes, encontrando-se na casa dos 800 mortos, 200 a mais do que o número de mortos no mesmo período no ano anterior, quando a febre amarela não grassava a província. Entretanto, ressaltou por fim que na medida em que “[...] a peste se vai escapando da capital, invade com furor as villas e as povoações do interior da provincia”⁴⁹. Até o momento de fechamento do Hospital Provisório da Ilha do Nogueira, inúmeros enfermos que chegaram no Recife pelo porto, ou nele encontravam-se ancorados, foram levados para nele serem tratados, chegando alguns a óbito.

45 Diário de Pernambuco, 27 abr. 1850, n. 95, p. 2.

46 PIMENTA, 2013.

47 GUIMARÃES, 2010.

48 Diário de Pernambuco, 2 mai. 1850, n. 99, p. 2.

49 Diário de Pernambuco, 2 mai. 1850, n. 99, p. 2.

Figura 2: Quantitativo de enfermos recolhidos no Hospital Provisório da Ilha do Nogueira

CONSELHO GERAL DE SALUBRIDADE PUBLICA				
<i>Estatística do Hospital Provisorio da ilha do Nogueira, desde 15 de janeiro de 1850, até 30 de abril, dia de sua extincção.</i>				
NACIONALIDADES.	CURADOS.	MORTOS.	TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
Brasileiros.	5	3	8	Trinta morreram nas 24 horas.
Estrangeiras.	77	98	175	
Somma.	82	101	183	

Recife, 2 de Maio de 1850.

Dr. Joaquim d' Aquino Fonseca.

Fonte: Diário de Pernambuco, 14 mai. 1850, n. 109, p. 2.

O fechamento do Hospital Provisório da Ilha do Nogueira, não esteve apenas relacionado a posição do governo da província acerca do declínio da epidemia, segundo Vanessa de Castro, tal decisão ainda resultou das críticas que a instituição continuava a receber, sobretudo no tocante aos sepultamentos que eram realizados⁵⁰. Se a “febre reinante” visitou as famílias do Recife, fossem ricas ou pobres, como destacou a publicação, certamente incidiu de forma mais mortífera na população pobre, que se encontrava mais vulnerável à sua funesta ação.

No conjunto dos setores da sociedade que buscavam tirar proveito da febre epidêmica, na medida em que os casos se mostravam não cessar, multiplicaram-se anúncios que tinham a febre amarela como chamariz. Em uma publicação presente no Diário de Pernambuco do dia 9 de maio de 1850, anunciava-se a venda de “[...] um sitio à beira do rio [...]”, cujo ambiente era considerado “[...] muito saudável, pois nunca ahi penetrou a febre epidêmica”⁵¹. Nessa publicação percebe-se que ao lado dos que ofereciam serviços de cura, houve aqueles que buscaram lucrar com a epidemia, demonstrando algumas das formas como esse fenômeno foi apropriado pela sociedade.

Durante a epidemia, os interesses políticos e econômicos continuaram a todo vapor,

50 CASTRO, 2007.

51 Diário de Pernambuco, 9 mai. 1850, n. 105, p. 4.

com o uso da febre amarela como respaldo para a aprovação de projetos na Câmara Municipal, demonstrando a quem servia a “peste”. O Diário de Pernambuco do dia 14 de maio de 1850, descrevendo os debates realizados durante a sessão ordinária da Assembleia Legislativa da Província, realizada no dia 8 de maio, apresentou as falas do Sr. Corrêa Brito, que defendia a construção do Matadouro Público do Recife, projeto em debate a algum tempo, demonstrando ser tal empreendimento de:

[...] necessidade já de muito demonstrada, e geralmente reconhecida, ainda mais palpitante se tornou depois que a medicina decidiu, e, a meu ver, com sobrado acerto e critério, que a falta de semelhante edifício muito concorreu para que a febre amarela se ostentasse entre nós tão forte e raivosa, quanto o foi durante os meses de fevereiro e março do anno que vai correndo⁵².

As discussões em torno da construção do matadouro público não ficaram restritas à Câmara Municipal. No dia 28 de Junho de 1850, o Diário de Pernambuco publicou um aviso destinado aos Srs. da Câmara Municipal, com as seguintes considerações:

Avisos diversos - Srs. da Camara Municipal, não se persuadam que a febre epidêmica esteja banida dentre nós; breve bate-nos á porta o verão, e não guardem para então as suas vigílias. Não cuidem só no matadouro das Cinco-Pontas; outros verdadeiros matadouros há da salubridade publica. Mandem ver, por quem tenha olhos, a casa demolida na rua do cano, e saberão que ahi he hoje o despejo publico, e infecção para os vizinhos e para quem por ahi passa. Quem paga os impostos querem e teem direito á hygiene publica. Mais um pouco de atividade, e a cidade do Recife dirá ufana: - já temos municipalidade⁵³.

A questão dos matadouros no Recife, segundo Manuela Santos, foi uma das principais pautas dos vereadores e médicos higienistas ao longo do século XIX, chegando à necessidade de limpeza e manutenção desses estabelecimentos a vigorar nos Títulos 4o das posturas municipais aprovadas em 1831 e 1849, intitulados “Do asseio, regularidade dos matadouros, açougues públicos e, particulares e vendas de carnes” e “Do asseio e regularidade dos matadouros e açougues, vendas de carnes, currais”, respectivamente⁵⁴. Do mesmo modo, segundo a autora, encontra-se a questão dos edificios ruinosos, que nos Títulos 9o e 7o dos respectivos códigos citados, ambos intitulados “Sobre edificios ruinosos, escavações, armações e quaisquer precipícios de varandas ou ruas que prejudiquem o público”, que determinava a demolição de edificações em ruínas ou construídas em desacordo com as disposições definidas pela Câmara Municipal⁵⁵.

Percebe-se, a partir da necessidade declarada em construir um matadouro público para o Recife com instalações adequadas, por parte da Câmara Municipal, bem como a existência de

52 Diário de Pernambuco, 14 mai. 1850, n. 109, p. 1.

53 Diário de Pernambuco, 28 jun. 1850, n. 143, p. 2.

54 SANTOS, 2009.

55 SANTOS, 2009.

um edifício ruinoso na rua do cano, como declarado no Diário de Pernambuco, o desrespeito às posturas municipais. Do mesmo modo, a partir da relação estabelecida entre os matadouros públicos e os edifícios em ruínas com a propagação de doenças, sobretudo a febre amarela, percebe-se a difusão da teoria miasmática no Recife, mobilizada por setores da sociedade tanto para respaldar projetos político, como cobrar da administração municipal uma atuação mais eficaz nos problemas de saúde pública.

Além dos serviços de cura e das propagandas de produtos que tinham a febre amarela como chamariz e dos usos da peste para a aprovação de projetos políticos, não se pode deixar de destacar as curas milagrosas. No dia 10 de setembro de 1850, o periódico intitulado *A Imprensa*, publicou uma correspondência intitulada “Emprego do vinho como meio therapeutico adjuvante na cura da febre amarela”, que buscou indicar o “[...] poderoso meio de combater victoriosamente o terrível flagelo que ainda vai ceifando numerosas victimas pelo Brasil”, considerado que ao invés do álcool deveria ser utilizado o vinho do Porto tinto e engarrafado⁵⁶. O uso do vinho do Porto como recurso curativo não foi um caso isolado, anúncios prometendo a cura para a febre amarela a partir de beberagens e remédios sem eficácia comprovada, que eram vendidos nas boticas da cidade, multiplicaram-se na imprensa, demonstrando os usos cotidianos da “peste”.

AS MEDIDAS CONTRA O “REAPARECIMENTO” DA “FEBRE REINANTE”

Enquanto informações da doença circulavam na imprensa, o governo e as autoridades médicas buscavam tranquilizar a população e publicar recomendações com o intuito de controlar a epidemia. No dia 26 de outubro de 1850, o Diário de Pernambuco publicou uma correspondência do Dr. Aquino Fonseca, que afirmava que a febre amarela se encontrava “Quase desaparecida em toda esta província [...], porém não completamente extinta; pois que ora um, e muito depois ora outro caso sempre vai aparecendo; não obstante, isto é, o conselho nutre a terrível desconfiança de que ela reaparecerá”⁵⁷. Levando ao público a querela que, naquele momento, envolvia a aprovação do projeto do cemitério público do Recife, o higienista destacou o desrespeito às normas referente ao enterramento dos acometidos pela peste, ressaltando que era de conhecimento de todos dessa cidade que as “[...] pessoas encarregadas das covas nas igrejas [...] consentiram que nelas se sepultassem indivíduos que sucumbiram da febre, o que foi expressamente proibido [...]”⁵⁸.

56 *A Imprensa*, 10 set. 1850, n. 3, p. 3.

57 Diário de Pernambuco, 26 out. 1850, n. 243, p. 1.

58 Diário de Pernambuco, 26 out. 1850, n. 243, p. 1.

Entre setembro e novembro de 1850, enquanto a imprensa seguia reiterando a posição do governo provincial de que a febre amarela encontrava-se extinta em Pernambuco, por outro lado multiplicavam-se correspondências relatando os casos de doentes que apresentavam sintomas dessa doença. No dia 26 de Novembro de 1850, o Diário de Pernambuco publicou uma nota do dia 25 de novembro afirmando que diferentemente do que havia publicado o Correio Mercantil do dia 14 de novembro, eram infundadas as notícias do reaparecimento da febre amarela na Bahia, como havia explicado o Conselho Geral de Salubridade Pública em ofício à presidência da província, após ter se comunicado com médicos daquela província. A publicação entre outras questões pontuava a posição dos médicos dessa instituição, ressaltando que não duvidavam “[...] que ainda por ali se dê um ou outro caso de febre como, ainda há pouco, nos constou, se deu entre nós; sem que com tudo se possa isto qualificar de reaparecimento da epidemia [...]”⁵⁹.

Mesmo com o governo provincial, apoiado pelos médicos, negando incessantemente a presença da epidemia de febre amarela no Recife, as ações no plano da saúde pública continuaram a todo vapor, como forma de conter o reaparecimento da epidemia. No dia 14 de fevereiro de 1851, o Diário de Pernambuco publicou um conjunto de correspondências de datas anteriores das autoridades governativas sobre as ações que estavam sendo adotadas para impedir o reaparecimento da epidemia.

A primeira delas, do então presidente da província José Idelfonso de Souza Ramos, datada de 27 de Janeiro de 1851, informava ao Dr. Aquino Fonseca sobre um aviso expedido pela repartição do império, datado de 13 de janeiro do mesmo ano, que informava a necessidade de estabelecer medidas a serem adotadas para evitar o reaparecimento da febre amarela, determinando que o presidente do Conselho Geral de Salubridade Pública propusesse tais medidas⁶⁰. Se por um lado o governo provincial continuou negando publicamente a permanência da epidemia, de outro buscou propor os meios ideais para que a febre amarela não se propagasse de modo feroz na capital pernambucana.

Na segunda correspondência, datada de 28 de Janeiro de 1851, o então provedor de saúde Dr. Muniz Tavares informava suas recomendações sanitárias, que consistiu na obrigatoriedade de quarentena de seis dias para todos os navios vindos do Rio de Janeiro e de outras procedências, devendo os navios de carga ser atracados fora do porto, e os menores na área do Lamarão, recebendo fumigações e podendo despachar as malas, exceto em caso de

59 Diário de Pernambuco, 26 nov. 1850, n. 268, p. 2.

60 Diário de Pernambuco, 14 fev. 1851, n. 37, p. 1.

manifestação de moléstia. No caso da identificação de enfermos, esses deveriam ser direcionados para a Ilha do Nogueira e os navios nos quais se encontrassem passar por novas fumigações, ficando em quarentena até cessar os casos das doenças⁶¹. Tratava-se de medidas já adotadas quando os primeiros casos de febre amarela haviam sido notificados no Brasil, mas que foram desrespeitados durante o momento inicial da epidemia na capital pernambucana.

Na terceira correspondência, datada de 31 de Janeiro de 1851, o Conselho Geral de Salubridade Pública, acatando a solicitação do governo da província, recomendou um conjunto de 18 medidas a serem adotadas como forma de evitar o reaparecimento da febre amarela e outros surtos epidêmicos. Essa instituição, que buscava intervir cada vez mais no espaço urbano do Recife, colocando em prática seus conhecimentos e consolidando seu campo de atuação, aproveitou a oportunidade para incidir sobre questões estratégicas no campo da saúde pública.

Quadro 1 - Determinações do Conselho Geral de Salubridade Pública para evitar o reaparecimento da febre amarela

1 - Ordenar ao provedor de saúde uma vistoria rigorosa nos navios que atracarem no porto, ficando em quarentena os que apresentarem a febre amarela.

2 - Solicitar o deslocamento para a área do Lamarão os navios com presença da febre amarela, permanecendo lá até não haver mais doente e após a realização de fumigações.

3 - Estabelecer um lazareto ou hospital provisório em lugar isolado para receber os enfermos.

4 - Exigir que a Câmara Municipal remova os focos de infecção existentes na cidade e ordene a limpeza da cidade.

5 - Proibir a abertura de sepulturas, que devem ser marcadas com selos, bem como determinar enterramentos apenas no cemitério público.

6 - Ordenar que nenhum enterro seja realizado entre 5 horas da tarde e 5 horas da manhã.

7 - Determinar que os cadáveres sejam sepultados envoltos em panos molhados de água de Labarraque e em caixões pregados.

8 - Mandar fazer fumigações em hospitais, prisões, teatros, quartéis e igrejas.

9 - Evitar reuniões nos estabelecimentos citados, tratar os doentes existentes nesses locais e cuidar da higiene desses espaços.

10 - Visitar os quintais das casas, mandando remover as imundícies presente e ordenar a limpeza dessas casas.

11 - Estabelecer em cada freguesia uma loja de comestíveis que seja fiscalizada por facultativos a serviço da Câmara Municipal e só admita gêneros alimentícios até às 8 horas.

12 - Ordenar que a Companhia do Beberibe deixe correr por duas horas as águas dos chafarizes antes de distribuí-las aos compradores, recomendando que essa água seja destinada à limpeza das ruas.

61 Diário de Pernambuco, 14 fev. 1851, n. 37, p. 1.

13 - Em caso de epidemia, parar o toque dos sinos para a convocação dos fieis para as atividades religiosas, determinado que os sacerdotes realizem os sacramentos sem aparato exterior e em carros.

14 - Proibir as representações teatrais e reuniões numerosas com fins religiosos.

15 - Estabelecer médicos para cuidar dos pobres, recebendo medicamento de modo gratuito e atuando sob a inspeção do Conselho de Salubridade.

16 - Fiscalizar a venda de medicamentos com valor exorbitantes.

17 - Fazer com que as autoridades procedam em conformidade com o imperial aviso de 26 de agosto de 1846, fiscalizando os homeopatas não habilitados que atuem de modo ilegal vendendo medicamentos a preços exorbitantes.

18 - Fazer com que a Câmara Municipal coloque em prática suas posturas referentes à saúde pública.

Fonte: Diário de Pernambuco, 14 fev. 1851, n. 37, p. 1.

No tocante à entrada de navios no porto, o Conselho de Salubridade ordenou vistorias mais rígidas por parte da provedoria de saúde, para evitar a entrada da febre amarela por meio do porto. Em relação às instituições e serviços de saúde, solicitou a construção de um lazareto provisório para os enfermos e a higienização constante dos espaços de cura, bem como a fiscalização aos agentes da cura não habilitados nos termos da lei, cujas práticas eram fervorosamente condenadas pelos médicos do Recife⁶². As atividades cotidianas da cidade e sua estrutura urbana precária, também foram mencionadas, com recomendações que estabeleciam controle e fiscalização. As ações da Câmara municipal também foram citadas, sobretudo a partir da cobrança de que as posturas municipais relativas à saúde pública fossem colocadas em práticas por essa instituição, demonstrando como observou William Souza, a conflituosa relação entre os poderes públicos e os médicos do Recife⁶³. Ainda estiveram em pauta as práticas de enterramento e atividades religiosas, para as quais se buscou definir normas rígidas para suas realizações, especificamente para a questão cemiterial, que segundo Vanessa de Castro consistiu em uma das principais pautas dos médicos do Recife na primeira metade do século XIX⁶⁴.

Em uma quarta correspondência, datada de 6 de fevereiro de 1851, o Conselho Geral de Salubridade Pública voltou a se posicionar acerca do reaparecimento da epidemia, afirmando ter o Dr. Aquino Fonseca verificado que os casos de óbitos em “[...] decorrência da febre

62 MIRANDA, C. A. C. Curandeiros e a Ofensiva médica em Pernambuco na primeira metade do século XIX. *CLIO Série História do Nordeste (UFPE)*, Recife, v. 19, n. 1, p. 95-110, 2001. OLIVEIRA, A. L. N.; MELO JÚNIOR, J. C. P.; LUNA, S. C. A. O exercício das artes de curar no Recife (1828-1845): algumas considerações. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 15, n. 29, p. 83-102, 2021a.

63 SOUZA, W. A. A câmara e os médicos: entre a insalubridade e o governo da cidade (Recife, século XIX). In: SILVA, W. B. (org.). *Recife no século XIX: outras histórias (1930-1890)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. 113-142.

64 CASTRO, 2007.

amarela, de um estrangeiro e sua mulher residente no aterro da Boa Vista, e uma pardinha que morava na rua do Hospício [...]”, consistiam em casos esporádicos⁶⁵. Mesmo negando o caráter epidêmico da febre amarela, os médicos temiam a explosão de casos, o que poderia ascender à desconfiança da população no saber médico e nas determinações definidas.

Por fim, em uma correspondência datada de 13 de fevereiro de 1851, o governo provincial se posicionou contrário às ações recomendadas pelo provedor de saúde, por não ter sido confirmado até aquele momento casos de febre amarela no Rio de Janeiro. Já em relação às medidas recomendadas pelo Conselho Geral de Salubridade Pública, o governo provincial decidiu aprovar, nomeando uma junta de médicos formada pelos Drs. Antônio Peregrino Maciel Monteiro, Joaquim de Aquino Fonseca, José Eustáquio Gomes, Simplicio Antônio Mavignier, João Ferreira da Silva, Alexandre de Souza Pereira do Carmo, José Joaquim de Moraes Sarmiento e Cosme de Sá Pereira, para fiscalizar a execução das medidas.

A atitude de recusa do governo provincial em relação às recomendações do provedor de saúde demonstra as divergências entre o governo da província e os órgãos de saúde nas medidas sanitárias contra a epidemia, sobretudo porque as medidas de quarentena dos navios poderiam repercutir no comércio exterior, como acontecerá, como observou Vanessa de Castro, durante os primeiros dias da epidemia⁶⁶. Do mesmo modo, a escolha de um conjunto de médicos de prestígio, para atuar na execução das medidas propostas pelo Conselho Geral de Salubridade Pública, evidencia uma acentuada contradição por parte do governo da província, que afirmava haver apenas casos esporádicos da febre amarela, mas continuava recorrendo a “providência divina” e aos doutores em medicina para livrar Pernambuco de “semelhante flagelo”⁶⁷, demonstrando que a epidemia parecia estar longe de acabar.

E A FEBRE REINANTE SE EXTINGUIU?

O que se pôde perceber na presença da febre amarela na capital pernambucana é que as etapas de manifestação do fenômeno epidêmico definidas por Charles Rosenberg como a do reconhecimento da epidemia pelos diferentes setores da sociedade e a consequente busca por explicações (managing randomness)⁶⁸, bem como a de adoção de medidas para conter o avanço

65 Diário de Pernambuco, 14 fev. 1851, n. 37, p. 1.

66 CASTRO, 2007.

67 RPPPE, 1851, p 20-21.

68 ROSENBERG, 1992, 282.

da epidemia (negotiating public response)⁶⁹, aconteceram de modo simultâneo. Durante essas etapas o governo provincial manteve uma posição firme sobre o fim da epidemia, embora no dia a dia a realidade se mostrasse diferente.

Diante dos acalorados debates públicos, em virtude da situação causada pela febre amarela de necessidade de novos espaços para enterrar os corpos que padeciam diariamente, após forte pressão da classe médica, a Câmara Municipal retomou a execução do projeto do cemitério público do Recife, iniciado no ano de 1850 a partir das negociações para compra do terreno que iria abrigá-lo na região de Santo Amaro das Salinas. Segundo Vanessa de Castro a inauguração aconteceu no dia 1 de março de 1851, enquanto ainda encontrava-se inacabado, recebendo ao longo do seu ano de inauguração um quantitativo de 1.724 cadáveres, divididos entre 1.289 livres e 435 escravizados, o que levou a crer que a febre maligna ainda se apresentava epidêmica⁷⁰.

No Diário de Pernambuco do dia 3 de maio de 1851, na seção destinadas às notícias do governo provincial, no tocante à saúde pública, anunciou-se a notificação de casos esporádicos de febre amarela, que segundo o governo não cresceriam por longo período em virtude das medidas adotadas e do ar atmosférico ameno naquele momento⁷¹. A contínua notificação de casos de febre amarela, que era divulgada por meio da imprensa, reacendeu constantemente o termo da população. Diante das determinações aprovadas, o governo da província e o Conselho Geral de Salubridade Pública buscaram atuar fiscalizando a saúde pública e recomendando à população as melhores medidas para conter o avanço da peste.

Enquanto se defendia o declínio da epidemia, o cotidiano do Recife continuava definido pela febre amarela. No dia 11 de julho de 1851, o Diário de Pernambuco publicou uma correspondência de Nuno Maria de Seixas ao homeopata Sabino Olegário Ludgero Pinto, datada de 13 de maio do mesmo ano, solicitando que esse o informasse “[...] quantos enfermos atacados de febre amarela, há V. S. curado do mez de fevereiro deste ano de 1851, até hoje; quantos em terra, e quantos em mar, isto he, inda que em terra haja curado os últimos, a que navio pertencião, e a que nação [...]”⁷². O Dr. Sabino, como era conhecido, tratou de responder informando que desde o mês de fevereiro daquele ano, havia tratado “[...] 68 doentes atacados de febre amarela, dos quaes apenas um era marítimo e súbdito portuguez; este faleceu hontem

69 ROSENBERG, 1992, 284.

70 CASTRO, 2007.

71 Diário de Pernambuco, 3 mai. 1851, n. 51, p. 2.

72 Diário de Pernambuco, 11 jul. 1851, n. 154, p. 2.

vomitando sangue de mistura com matéria que caracteriza o vomito negro⁷³. Continuando sua resposta, o homeopata afirmou que:

[...] a febre amarela nunca desapareceu inteiramente desta capital, e he de notar que os casos sporadicos antes de janeiro deste anno manifestavão mais frequentemente em alguns estrangeiros recém chegados, ou em nacionaes que vierão de outras províncias ou dos municípios do centro desta. [...] todos os doentes atacados de febre amarela e de vomito preto que forão desde a invasão da molestia submettidos a meus cuidados, afim de serem tractados homeopaticamente, nenhum só faleceu; não acontecendo assim, aos que depois de esgotar os remedios allopathicos, vinham procurar a homeopathia como taboa da salvação; poucos destes escaparam. 21 de maio de 1851⁷⁴.

Divergindo dos médicos do Conselho Geral de Salubridade Pública, o Dr. Sabino defendia a permanência da epidemia, afirmando que os casos notificados eram de enfermos de outras províncias ou estrangeiros, bem como de municípios da própria província, o que demonstra que as determinações acerca do funcionamento do porto não estavam sendo cumpridas. Homeopata bastante conhecido, já havia entrado em conflito direto com o Conselho de Salubridade, quando tentou empregar novas técnicas a homeopatia, sendo enquadrado como “charlatão” e tendo suas práticas consideradas nocivas à saúde dos que com ele se consultava⁷⁵. Percebem-se, a partir das declarações desse homeopata, os conflitos públicos que envolviam os médicos alopatas e os homeopatas no melhor tratamento para a febre amarela, bem como a liberdade com que os homeopatas atuavam, mesmo diante das determinações definidas pelo Conselho Geral de Salubridade Pública e aprovadas pelo governo da província.

Entre agosto de 1851 e janeiro de 1852, o governo seguiu reiterando sua posição sobre o fim da epidemia e intervindo no cotidiano da cidade a partir das determinações sanitárias definidas. Em um aviso publicado no Diário de Pernambuco do dia 22 de janeiro de 1852 a pedido do capitão do porto, reiterou-se as determinações de que não deveria ser desembarcada dos navios pessoas acometidas pela febre amarela, ou qualquer outra doença epidêmica, devendo os doentes notificando serem levados para serem tratados na Ilha do Pina com a permissão do capitão do porto, o inspetor da alfândega e o provedor de saúde⁷⁶. Tal aviso vai de encontro às afirmações do homeopata Dr. Sabino, de que parte dos enfermos acometidos pela febre amarela no Recife estavam chegando pelo porto, demonstrando a situação regular de desrespeito às determinações sanitárias.

Com casos da febre amarela sendo notificados cotidianamente, continuavam a ser

73 Diário de Pernambuco, 11 jul. 1851, n. 154, p. 2.

74 Diário de Pernambuco, 11 jul. 1851, n. 154, p. 2.

75 CTCGSPPE, 1849, p. 153.

76 Diário de Pernambuco, 22 jan. 1852, n. 17, p. 2.

publicados anúncios de serviços de cura. No dia 18 de fevereiro de 1852, na seção avisos diversos do Diário de Pernambuco, foi publicado um aviso intitulado “Caridade sem limites, Sciencia sem privilegio”, do homeopata Francisco de Paula Carneiro Leão, residente no Aterro da Boa Vista, no qual se oferecia para curar homeopaticamente, inúmeras calamidades, entre elas a febre amarela, ainda no princípio da doença e em caso do enfermo não ter tomado nenhum remédio alopático ou caseiro, sendo ainda em caso de não haver cura, não cobraria pagamento⁷⁷. A contínua oferta de serviços para a cura da febre amarela nos permite inferir sobre a regularidade com que a população do Recife reclamava socorro em virtude da presença da febre amarela.

Nos primeiros meses de 1852, mesmo com o declínio do número de casos, era inegável que a febre amarela encontrava-se presente na província de Pernambuco, como nas demais províncias do império, tendo jamais sido extinta por completo. No dia 5 de março de 1852, o Diário de Pernambuco, apresentando informações sobre o Recife, pontuou que a febre reinante, de acordo com o homeopata Epifanio Astodillo de Brisson, apresentava poucos casos, não apresentando perigo, por ter tornando-se endêmica, como observado nas demais províncias, não sendo possível vê-la extinto⁷⁸. O caráter endêmico que a doença teria alcançado, mencionado por esse homeopata que chegou a ser acusado pelo Conselho de Salubridade de receitar fórmulas médicas com a presença de substâncias incompatíveis em sua composição⁷⁹, deveria estar relacionado às notificações constantes de novos casos, bem como a forma permanente como foi mobilizada na oferta de produtos e serviços, nos debates políticos, nas declarações dos médicos e nos casos de adoecimento da população recifense nos anos seguintes, até a chegada do cólera em 1856.

O momento de abrandamento do surto, segundo a posição do governo provincial e as notícias publicadas na imprensa, demonstra a última etapa da “dramaturgia” do fenômeno epidêmico, definida por Charles Rosenberg como um momento de retrospectão da doença e de avaliação dos impactos causados (subsidence and retrospection)⁸⁰. Em relatório enviado à Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco em março de 1852, o presidente da província, Dr. Victor de Oliveira, avaliando o estado sanitário da capital pernambucana, afirmou que de acordo com as observações feitas “por pessoas profissionais”, a incidência de

77 Diário de Pernambuco, 18 fev. 1852, n. 39, p. 2.

78 Diário de Pernambuco, 5 mar. 1852, n. 53, p. 2.

79 CTCGSPPE, 1851, p. 151.

80 ROSENBERG, 1992, p. 286.

várias enfermidades, sobretudo as de caráter epidêmico como a febre amarela, tinha causas locais permanentes e outras acidentais, pontuando a necessidade de um lazareto com atividades regulares e de atuação da Câmara Municipal na remoção de focos de infecção, garantindo a salubridade pública⁸¹. Entre ações a serem realizadas, encontrava-se como “uma das primeiras necessidades” o projeto do “esgoto das águas”, em virtude da situação da presença de águas estagnadas nas ruas do Recife, que na ótica médica era uma das principais causas do aparecimento de doenças⁸², demonstrando as preocupações provenientes da experiência epidêmica.

CONCLUSÃO

O Recife imperial, como as demais províncias do Brasil, vivenciou um momento desafiador marcado pela presença de epidemias que incidiram sobre sua estrutura política, econômica e social. A epidemia de febre amarela, primeira delas, encontrando uma cidade, que embora em transformações, diante de investimentos em obras públicas, ainda padecia de boas condições de salubridade, chegou de modo avassalador, mobilizando diferentes setores da sociedade diante do temor da morte.

De acordo com o médico José Pereira Rego (1816-1892), em sua obra intitulada “Memoria historica das epidemias da febre amarella e cholera-morbo que têm reinado no Brasil”, na qual analisa a epidemia de febre amarela no século XIX, na sua passagem pela província de Pernambuco, teria causado 2.800 óbitos⁸³. Dados imprecisos e pouco confiáveis, tendo em vista as dificuldades em se realizar tal levantamento no período, não dão conta de demonstrar a real mortalidade vivenciada nesse momento. Certamente o número de pessoas acometidas por essa doença e que vieram a óbito deve ter sido bem maior em virtude das precárias condições em que vivia parte da população, bem como a falta de conhecimentos mais efetivos sobre a febre amarela até aquele momento.

O cotidiano de medo instaurado pelo “flagelo da febre reinante”, como demonstrado, mobilizou a administração pública na aprovação de projetos, os médicos formados no estabelecimento de medidas sanitárias, agentes da cura no tratamento dos enfermos, irmandades religiosas em oração pela intervenção divina e a própria população que recorreu às instâncias competentes na tentativa de obter socorro. Após a passagem da febre amarela, possivelmente o

81 RPPPE, 1852, p. 8.

82 RPPPE, 1852, p. 9.

83 REGO, J. P. *Memoria historica das epidemias da febre amarella e cholera-morbo que têm reinado no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

que restou foi o temor da sociedade, as dúvidas sobre o porquê de tão terrível mal ter se abatido sobre a capital pernambucana e a necessidade de repensar o estado sanitário do Recife.

REFERÊNCIAS

Fontes

A Imprensa: 1849-1852 (Hemeroteca digital – Biblioteca Nacional).

Coleção de Trabalhos do Conselho Geral de Salubridade Pública da Província de Pernambuco (CTCGSPPE). Recife: Typographia S. Caminha, 1845-1850.

Diário de Pernambuco: 1849-1852 (Hemeroteca digital – Biblioteca Nacional).

Relatorio que á Assembléa Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1850 o excellentissimo concelheiro de estado, Honorio Herméto Carneiro Leão, presidente da mesma provincia (RPPPE). Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1850.

Relatorio que á Assembléa Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1851 o excellentissimo conselheiro José Ildefonso de Souza Ramos, presidente da mesma provincia (RPPPE). Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1851.

Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria do 1. de março de 1852 o excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. Victor de Oliveira (RPPPE). Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1852.

Obras gerais

ALMEIDA, A. V. de. *A epidemiologia histórico-ontológica da febre amarela em Pernambuco*. Recife: EDUFRPE, 2018.

CASTRO, V. de. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife no século XIX*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORREIA, J. C. B. *Que Deus guarde os que destes males padecerão: a medicina e as práticas de curar diante do maior surto pestilencial do século XVII*. 116 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional), Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

FRANCO, O. *História da febre amarela no Brasil*. Guanabara: Ministério da Saúde / Departamento Nacional de Endemias Rurais, 1969.

FRANCO, S. P. A presença da febre amarela na Província do Espírito Santo no século XIX. In: FRANCO, S. P.; NASCIMENTO, D. R. do; SILVEIRA, A. J. T. (org.). *Uma história brasileira das doenças*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. v. 5, p. 73-100

GUIMARÃES, K. D. S. *Conselho de Salubridade Pública de Pernambuco: um olhar médico*

sobre a cidade do Recife entre os anos de 1845 a 1850. 171 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional), Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife: 2010.

KODAMA, K. Epidemias e tráfico: os discursos médicos e debates na imprensa sobre a febre amarela (1849-1850). In: FRANCO, S. P.; NASCIMENTO, D. R. do; MACIEL, E. L. N. (org.). *Uma História Brasileira das Doenças*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. v. 4, p. 35-50.

LE GOFF, J. (org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*, 2ª ed, p. 111-153. São Paulo: Contexto, 2008.

MARIANO, S. R. C.; TARGINO, E. B. L. O Flagelo da peste: as notícias sobre a febre amarela no jornal O Governista Parahybano. In: MARIANO, S. R. C.; BARBOSA, J. P. P. L. (org.). *Sociedade e Cultura no Brasil Oitocentista: trajetórias de pesquisas II*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. p. 105-130.

MARQUES, V. R. B. *Natureza em boiões: medicina e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória Unicamp, 1999.

MIRANDA, C. A. C. Curandeiros e a ofensiva médica em Pernambuco na primeira metade do século XIX. *CLIO Série História do Nordeste (UFPE)*, v. 19, n. 1, p. 95-110. Recife: 2001.

MORÃO, R.; PIMENTA. *Notícias dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1956.

OLIVEIRA, A. L. N.; MELO JÚNIOR, J. C. P.; LUNA, S. C. A. O exercício das artes de curar no Recife (1828-1845): algumas considerações. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 15, n. 29, p. 83-102, 2021a.

OLIVEIRA, A. L. N.; MELO JÚNIOR, J. C. P.; LUNA, S. C. A. “Olhai para as ruas desta cidade”: os discursos médicos na produção do Recife enquanto um espaço urbano insalubre (1831-1845). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, n. 50, p. 19-48, 2021b.

PIMENTA, T. S. Alopátia e homeopátia no Rio de Janeiro em meados dos oitocentos. In: FRANCO, S. P.; NASCIMENTO, D. R.; MACIEL, E. L. N. *Uma história brasileira das doenças*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. v. 4, p. 129-142

REGO, J. P. *Memoria historica das epidemias da febre amarella e cholera-morbo que têm reinado no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

REVEL, J; PETER, J. P. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, J; NORA, P. (org.). *História: novos objetos*, 4ª ed. Trad. Teresinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIBEIRO, M. M. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSENBERG, C. E. *Explaining epidemics and others studies in the history of medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SAMPAIO, G. R. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

SANTOS FILHO, L. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec/USP, 1977.

SANTOS, M. A. *Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura, 1831-1845*. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife: 2009.

SOUZA, W. A. A câmara e os médicos: entre a insalubridade e o governo da cidade (Recife, século XIX). In: SILVA, W. B. da (org.). *Recife no século XIX: outras histórias (1930-1890)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. 113-142.

VIOTTI, A. C. C. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. 179 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social), Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Franca: 2012.

WITTER, N. A. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. 2007. Tese (Doutorado em História Social). Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2007.

Recebido em: 20/07/2022 – Aprovado em: 10/09/2022